

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

**CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SEGUROS DE SAÚDE PARA AS EMPRESAS DO
GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

Caderno de Encargos

(2020_096AM)

Novembro de 2020

Índice

Índice	2
CAPÍTULO I Regime geral.....	5
CLÁUSULA 1.ª Objeto.....	5
CLÁUSULA 2.ª Definições.....	5
CLÁUSULA 3.ª Elementos do contrato	5
CLÁUSULA 4.ª	6
Prazo contratual	6
CAPÍTULO II Obrigações das partes	7
SUBCAPÍTULO I Obrigações principais.....	7
CLÁUSULA 5.ª Obrigações do adjudicatário	7
CLÁUSULA 6.ª Obrigações das entidades adjudicantes	7
CLÁUSULA 7.ª Obrigações da AdP SGPS	8
SUBCAPÍTULO II Obrigações acessórias	8
CLÁUSULA 8.ª Impossibilidade de cumprimento	8
CLÁUSULA 9.ª Deveres de sigilo e de confidencialidade	9
CLÁUSULA 10.ª Tratamento de dados pessoais	10
CLÁUSULA 11.ª	12
Conservação de dados pessoais.....	12
CLÁUSULA 12.ª	12
Transferência de dados pessoais	12
CLÁUSULA 13.ª	12
Dever de cooperação.....	12
CLÁUSULA 14.ª Informações e auditorias.....	13
CLÁUSULA 15.ª Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial	13
CAPÍTULO III Regime contratual	13
CLÁUSULA 16.ª Objeto	13
CLÁUSULA 17.ª Atualização do objeto.....	14
CLÁUSULA 18.ª Emissão de apólices	14
CLÁUSULA 19.ª Interpretação.....	14
CLÁUSULA 20.ª Resseguros	15
CLÁUSULA 21.ª Obrigações genéricas do adjudicatário.....	15

CLÁUSULA 22.^a Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros.....	16
CLÁUSULA 23.^a Falta de informação prévia	17
CLÁUSULA 24.^a Obrigações específicas na gestão técnica e de riscos.....	17
CLÁUSULA 25.^a Obrigações específicas na gestão de sinistros.....	18
CLÁUSULA 26.^a Estabelecimento.....	18
CLÁUSULA 27.^a Autonomia do corretor.....	19
CLÁUSULA 28.^a Referências comerciais.....	19
CLÁUSULA 29.^a Preço contratual e preço base.....	20
CLÁUSULA 30.^a Prémios de seguro e respetivo pagamento.....	20
CLÁUSULA 31.^a Remuneração de corretor	21
CLÁUSULA 32.^a Contabilidade e contas bancárias.....	21
CLÁUSULA 33.^a Faturação	22
CAPÍTULO V Vicissitudes contratuais.....	22
CLÁUSULA 34.^a Responsabilidade das partes	22
CLÁUSULA 35.^a Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário	23
CLÁUSULA 36.^a Cessão de posição contratual relativa aos contraentes públicos.....	23
CLÁUSULA 37.^a Sanções contratuais	24
CLÁUSULA 38.^a Responsabilidade	25
CLÁUSULA 39.^a Execução de caução	25
CLÁUSULA 40.^a Força maior	25
CLÁUSULA 41.^a Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário	27
CLÁUSULA 42.^a Resolução do contrato por iniciativa dos contraentes públicos	27
CAPÍTULO VI Resolução de litígios	28
CLÁUSULA 43.^a Compromisso de resolução amigável.....	28
CLÁUSULA 44.^a Litígios quanto à interpretação, validade e execução do contrato.....	28
CAPÍTULO VI Disposições complementares.....	28
CLÁUSULA 45.^a Acompanhamento da execução do contrato	28
CLÁUSULA 46.^a Comunicações e notificações.....	29
CLÁUSULA 47.^a Contagem de prazos.....	29
CLÁUSULA 48.^a Direito aplicável	29

ANEXO I.....	31
SEGUROS DE SAÚDE EM GRUPO	31
ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO CIUS-PT PARA A FATURAÇÃO ELETRÓNICA	48

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

Regime geral

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar relativo à contratação de seguros de saúde para as empresas do grupo Águas de Portugal, de acordo com as condições previstas no presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 2.ª

Definições

1. Para efeitos de interpretação e aplicação do presente Caderno de Encargos, no que concerne à interpretação de conceitos técnicos no setor dos seguros, são aplicáveis as definições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos ao setor dos seguros e aos contratos de seguro e, supletivamente, o glossário disponível no sítio Internet da ASF (<http://www.asf.com.pt/ISP/glossário>).

2. Para efeitos de interpretação e aplicação do presente Caderno de Encargos, no que concerne à interpretação de conceitos técnicos são igualmente aplicáveis os entendimentos das ordens profissionais competentes em função da matéria, ou as nomenclaturas oficiais que lhes correspondam.

CLÁUSULA 3.ª

Elementos do contrato

1. Na execução e interpretação do contrato, observar-se-ão as respetivas cláusulas contratuais e o estabelecido em todos os documentos que do mesmo fazem parte integrante, aplicando-se, a tudo o que for omissivo, o Código dos Contratos Públicos, abreviadamente designado por CCP.

2. Para os efeitos do número anterior, consideram-se integrados no Contrato os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a proposta adjudicada.

3. Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são identificados no preceito.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª

Prazo contratual

1. Sem prejuízo do regime aplicável às obrigações acessórias, o contrato de seguro inicia a sua vigência no dia 15 de novembro de 2020 e mantém-se em vigor pelo prazo de seis meses, sem prejuízo da cessação antecipada por efeito do levantamento do efeito suspensivo ou de decisão judicial, transitada em julgado, proferida no âmbito do processo n.º 865/20.0BELSB, da Unidade Orgânica 3 do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

2. A cessação antecipada da vigência do contrato ocorre:

- a) No dia seguinte à data do trânsito em julgado quando a decisão judicial proferida no processo n.º 865/20.0BELSB, da Unidade Orgânica 3 do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, for favorável às empresas do Grupo AdP;
- b) No prazo de dez dias úteis a contar da data do trânsito em julgado quando a decisão judicial proferida no processo n.º 865/20.0BELSB, da Unidade Orgânica 3 do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, for desfavorável às empresas do Grupo AdP.

CAPÍTULO II

Obrigações das partes

SUBCAPÍTULO I

Obrigações principais

CLÁUSULA 5.ª

Obrigações do adjudicatário

Para além das obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações do adjudicatário:

- a) Garantir o cumprimento do contrato de seguro a celebrar nos termos do estabelecido no Capítulo III e no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, que constitui parte integrante do mesmo;
- b) Não alterar as condições do contrato de seguro estabelecidas fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- c) Prestar de forma às entidades adjudicantes as informações relevantes referentes às condições da prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se afigurem necessários para a gestão do contrato de seguro de saúde, nos termos da legislação vigente;
- d) Remunerar o corretor, quando aplicável, nos termos previstos no protocolo de corretagem;
- e) Fornecer à AdP SGPS uma declaração emitida por revisor oficial de contas ou pela entidade fiscalizadora das contas de cada seguradora, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues relativos à execução do contrato de saúde.

CLÁUSULA 6.ª

Obrigações das entidades adjudicantes

Para além das obrigações previstas no CCP, cada entidade adjudicante obriga-se a:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato de seguro de saúde e comunicar a sua nomeação ao adjudicatário e à AdP SGPS, bem como qualquer alteração da mesma que ocorra;
- b) Reportar ao gestor de contrato designado pela AdP SGPS toda a informação relativa à execução do contrato;
- c) Monitorizar a execução do contrato de seguro e comunicar à AdP SGPS quaisquer situações de incumprimento detetadas.

CLÁUSULA 7.ª

Obrigações da AdP SGPS

1. Sem prejuízo dos direitos e obrigações enquanto entidade adjudicante, a AdP SGPS constitui a entidade responsável pela gestão do contrato a celebrar, em representação das empresas do Grupo AdP, nos termos do disposto na presente cláusula.

2. Sem prejuízo de outros poderes ou obrigações que estejam previstos no presente Caderno de Encargos, a AdP SGPS, na qualidade de gestora do contrato, tem as seguintes incumbências:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato a celebrar e comunicar a sua nomeação ao adjudicatário e às demais empresas do Grupo AdP, bem como qualquer alteração ocorrida;
- b) Gerir e acompanhar a execução do contrato de seguro de saúde;
- c) Prestar esclarecimentos às demais empresas do Grupo AdP sobre os termos contratuais;
- d) Coligir as reclamações das empresas do Grupo AdP sobre a execução do contrato;
- e) Exercer todos os poderes legais de fiscalização da execução do contrato, e, quando necessário, fazer aplicar as sanções previstas em caso de incumprimento, em representação das empresas do Grupo AdP;
- f) Executar, em representação das empresas do Grupo AdP, a caução prestada em caso de incumprimento das obrigações contratuais.

SUBCAPÍTULO II

Obrigações acessórias

CLÁUSULA 8.ª

Impossibilidade de cumprimento

O adjudicatário deve comunicar à AdP SGPS, logo que tenha conhecimento, os factos que impliquem a impossibilidade, total ou parcial, de cumprimento de qualquer das obrigações previstas no contrato.

CLÁUSULA 9.ª

Deveres de sigilo e de confidencialidade

- 1.** O adjudicatário, incluindo todos os membros dos respetivos órgãos de administração, funcionários, subcontratados ou prestadores de serviços, assim como os resseguradores que consultem ou com os quais partilhem os riscos a segurar, devem guardar sigilo sobre a informação e a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos contraentes públicos, bem como aos trabalhadores destas e respetivos agregados familiares abrangidos pelo seguro de saúde, de que venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2.** O adjudicatário obriga-se a não divulgar, direta ou indiretamente, a informação ou a documentação abrangida pelo dever de sigilo, seja por que forma for, a tomar todas as medidas que razoavelmente estejam ao seu alcance para impedir a sua divulgação e para manter a sua confidencialidade, incluindo a sua não transmissão a terceiros, e a não dar a essa informação e a essa documentação qualquer uso ou aproveitamento que não se destine direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3.** Encontra-se excluída do âmbito objetivo do dever de sigilo qualquer informação ou documentação que:
 - a) Seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção;
 - b) O adjudicatário, bem como os subcontratados para a execução do contrato, estejam legalmente obrigados a divulgar ou a facultar por força da lei ou de um processo judicial, no âmbito estrito de tal dever.
- 4.** No caso previsto na alínea b) do número anterior, o adjudicatário deve informar e documentar a AdP SGPS, como representante das empresas do Grupo AdP, de que lhe foi legalmente ordenado que procedessem à divulgação de determinada informação ou documentação previamente ao cumprimento dessa ordem.
- 5.** Os deveres de sigilo e de confidencialidade mantêm-se em vigor após a cessação, por qualquer causa, do contrato.
- 6.** Os deveres de sigilo e de confidencialidade de natureza contratual previstos na presente cláusula acrescem aos deveres legais de sigilo e de confidencialidade previstos na lei no âmbito da atividade seguradora e de mediação de seguros.

CLÁUSULA 10.^a

Tratamento de dados pessoais

- 1.** No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente para a integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato de seguro de saúde, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da AdP SGPS, como representante das empresas do Grupo AdP, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
- 2.** O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para proveito próprio ou para outros fins que não constem do contrato ou decorram do cumprimento de obrigações legais ou regulamentares.
- 3.** O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções da AdP SGPS, enquanto representante das empresas do Grupo AdP, no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
- 4.** O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
- 5.** O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores, colaboradores ou subcontratados que, a qualquer título, tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelas empresas do Grupo AdP ou por quem atue em representação destas.
- 6.** O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado aos dados que efetivamente necessitam de aceder para cumprir com as obrigações impostas pelo contrato ou pela legislação e regulamentação aplicável e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo responsáveis pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
- 7.** Mediante solicitação escrita da AdP SGPS, enquanto representante das empresas do Grupo AdP, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
- 8.** O adjudicatário deve comunicar de imediato à AdP SGPS, enquanto representante das empresas do Grupo AdP, quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato a AdP SGPS, enquanto representante das empresas do Grupo AdP, de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.

10. Se o adjudicatário tomar conhecimento ou suspeitar de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, devem notificar, por escrito, a AdP SGPS, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que lhe possa razoavelmente ser solicitada.

11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, assim como aos respetivos subcontratados ou prestadores de serviços, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para as empresas do Grupo AdP:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir as empresas do Grupo AdP por todos os prejuízos em que estas venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de compliance é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelas empresas do Grupo AdP, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

CLÁUSULA 11.^a

Conservação de dados pessoais

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela AdP SGPS, em representação das empresas do Grupo AdP.

2. Dependendo da opção comunicada, o adjudicatário, assim como os subcontratados e prestadores de serviços, devem apagar ou devolver todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação ou regulamentação aplicável.

CLÁUSULA 12.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário, bem como os subcontratados e outros prestadores de serviços, não podem transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, exceto se essa transferência de dados pessoais a entidades terceiras, a que aceda no decurso da execução do contrato, seja efetuada única e exclusivamente, no âmbito da gestão da relação do contrato de seguro de saúde e desde que estas entidades, quando atuem como subcontratantes, cumpram com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA 13.^a

Dever de cooperação

O adjudicatário deve cooperar com as empresas do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo prestador de serviços em representação das empresas do Grupo AdP;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

CLÁUSULA 14.^a

Informações e auditorias

Os poderes de fiscalização na execução do contrato compreendem a faculdade de solicitar quaisquer informações e de realizar auditorias com vista à monitorização da execução dos mesmos.

CLÁUSULA 15.^a

Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial

São da responsabilidade do adjudicatário, bem como dos respetivos subcontratados e prestadores de serviços, quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade intelectual ou industrial, no âmbito do contrato.

CAPÍTULO III

Regime contratual

CLÁUSULA 16.^a

Objeto

O contrato de seguro de saúde a celebrar é parametrizado pelo definido no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, com as seguintes ressalvas:

- a) O âmbito objetivo de aplicação das disposições do presente capítulo possui carácter geral, podendo as mesmas ser derogadas por disposições de carácter específico constantes do **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos ou caso não tenham aplicação em função da natureza da atividade das empresas do Grupo AdP;
- b) O âmbito objetivo de aplicação das disposições do **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos possui carácter especial;
- c) Não existem quaisquer períodos de carência ou de suspensão da eficácia do contrato de seguro.

CLÁUSULA 17.^a

Atualização do objeto

No decurso da execução do contrato de seguro de saúde as empresas do Grupo AdP podem proceder à atualização do seu objeto, nomeadamente quanto à inclusão de beneficiários ao universo segurável ou à atualização dos respetivos capitais ou valores a segurar, por comunicação realizada ao adjudicatário, tendo-se as mesmas por automaticamente aceites.

CLÁUSULA 18.^a

Emissão de apólices

1. As apólices relativas ao contrato de seguro que incidem sobre riscos existentes à data de celebração do contrato e que estejam discriminados nas peças do procedimento devem ser emitidas na data da sua celebração.

2. As apólices devem indicar como:

- a) Entidade tomadora, a empresa do Grupo AdP que é responsável pelo pagamento dos prémios de seguros correspondentes;
- b) Entidade ou entidades seguradas, quer as entidades adjudicantes titulares dos interesses seguros, quer quaisquer outros interessados no objeto do contrato de seguro;
- c) Beneficiários, as entidades ou pessoas com interesse em qualquer das garantias do contrato de seguro.

CLÁUSULA 19.^a

Interpretação

1. As condições gerais ou especiais em uso pelo adjudicatário apenas são admissíveis nos casos de não contrariarem o disposto no contrato ou em disposições legais ou regulamentares relativas a seguros obrigatórios ou à obrigação de segurar ou de estabelecerem, caso a caso, soluções mais favoráveis para o interesse das empresas do Grupo AdP, se distintos, do que as previstas no contrato outorgado.

2. Os regimes legais e regulamentares relativos ao tipo de seguro em apreço e o regime geral do contrato de seguro são, por esta ordem, supletivamente aplicáveis ao contrato.

3. Em caso de dúvida, e dentro dos limites legalmente previstos, deve o contrato ser interpretado com o sentido e o alcance que permitir a melhor satisfação dos interesses e expectativas das empresas do Grupo AdP.
4. O teor das epígrafes não limita a interpretação das respetivas disposições.
5. As expressões usadas no contrato que correspondam a definições legais constantes da legislação aplicável à atividade seguradora, à atividade de mediação de seguros e aos contratos de seguro, valem com o sentido previsto na lei.

CLÁUSULA 20.^a

Resseguros

Sem prejuízo da integral independência entre o contrato de seguro celebrado e os contratos de resseguro, contratual ou facultativo, que o adjudicatário estabeleça ou use para sua proteção, as seguradoras não poderão colocar o resseguro dos riscos subscritos ao abrigo do contrato junto de empresas de seguros ou de resseguro que não estejam habilitadas para exercer a atividade resseguradora no espaço da União Europeia, segundo o tipo de operação em causa.

CLÁUSULA 21.^a

Obrigações genéricas do adjudicatário

I. O adjudicatário obriga-se a cumprir as suas obrigações legais e contratuais com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição das empresas do Grupo AdP os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita conformidade com o disposto no contrato de seguro e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:

- a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
- b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
- c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;
- d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
- e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
- f) À comercialização de seguros e à proteção dos consumidores.

2. O adjudicatário obriga-se igualmente a:

- a) Assumir, diligente e atempadamente, todas as iniciativas necessárias ou adequadas à limitação das consequências de qualquer sinistro ou à remoção da ameaça de ocorrência de qualquer sinistro, incluindo em situações de emergência, e colaborar nas iniciativas que, com o mesmo fim, sejam assumidas pelas entidades adjudicantes;
- b) Realizar, com diligência e celeridade, diretamente ou através de terceiro, de acordo com procedimentos previstos em protocolo específico se disso for o caso, ou segundo as melhores regras, as averiguações e as peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, as iniciativas e os procedimentos tendentes à fixação e avaliação adequada dos danos que deles decorram, e à determinação dos termos em que, em dinheiro ou em espécie, esses danos devem ser indemnizados;
- c) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros, incluindo as judiciais;
- d) Pagar as prestações intercalares e as indemnizações devidas no prazo legal ou contratual aplicável;
- e) Satisfazer, de forma fidedigna e célere, os pedidos de informação, de esclarecimento e de documentos solicitados pelas empresas do Grupo AdP ou, no âmbito da gestão do contrato de seguro, pela AdP SGPS.

CLÁUSULA 22.^a

Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros

- 1.** O adjudicatário obriga-se a adotar as diligências necessárias à regularização dos sinistros verificados, incluindo a promoção de contacto com as empresas do Grupo AdP ou com a AdP SGPS, de acordo com a urgência ou emergência que a situação determinar.
- 2.** A regularização do sinistro e o pagamento das correspondentes indemnizações pelo adjudicatário deve ocorrer no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias após o encerramento do processo, sem prejuízo de em casos excecionais poder ser concedido um prazo mais dilatado pelas empresas do Grupo AdP, mediante solicitação devidamente justificada pelo adjudicatário.

CLÁUSULA 23.^a

Falta de informação prévia

- 1.** A falta de informação prévia, decorrente da periodicidade de declarações ou ainda de erro não intencional, relativa à atualização dos respetivos capitais não constitui causa de ineficácia ou de limitação de cobertura, de garantia, de capital ou da prestação que seria devida se a informação tivesse sido prévia e atempadamente transmitida.
- 2.** A falta de informação prévia, nas situações a que alude o número anterior, apenas pode dar lugar à correção do montante do prémio correspondente, tomando por referência para essa correção o dia em que se tenham verificado os factos cuja ocorrência deveria ter sido atempadamente transmitida.

CLÁUSULA 24.^a

Obrigações específicas na gestão técnica e de riscos

- 1.** A gestão técnica e de riscos na execução do contrato de seguro de saúde pode ser assegurada por corretor, legalmente habilitado para o efeito, ao qual incumbe, em articulação com a AdP SGPS, a prestação dos seguintes serviços:
 - a)** Promover a realização de reuniões ordinárias de acompanhamento da evolução dos riscos das empresas do Grupo AdP e suas repercussões na carteira de seguros;
 - b)** Coligir e remeter às empresas do Grupo AdP a informação relevante para a correta gestão da sua carteira de seguros, nomeadamente através relatórios trimestrais de sinistralidade;
 - c)** Proceder à identificação, análise e avaliação profissional dos vários riscos;
 - d)** Formular recomendações não vinculantes e propostas de medidas tendentes à minimização ou eliminação dos riscos identificados e acompanhar a sua implementação;
 - e)** Avaliar a adequação dos sistemas de segurança aos riscos e aos requisitos legais aplicáveis.
- 2.** No decurso da execução do contrato, incumbe ao adjudicatário ou ao corretor subcontratado a elaboração de relatórios trimestrais de sinistralidade.
- 3.** Os relatórios trimestrais de sinistralidade devem ser elaborados com base no número de sinistros ocorridos e no montante dos prémios de seguro pago durante o trimestre em causa e devem incluir os seguintes elementos:

- a) Identificação do valor indemnizado por tipo de despesa - internamento, parto, ambulatório, estomatologia, medicamentos, próteses, ortóteses e demais cobertura, por pessoa segura (titulares, cônjuges e descendentes);
 - b) Apresentação da conta de resultados com discriminação dos prémios comerciais pagos, provisões efetuadas e resultado a distribuir/receber.
4. Os relatórios trimestrais de sinistralidade devem ainda demonstrar a evolução do valor dos sinistros face a períodos anteriores e a períodos homólogos, evidenciar tendências e padrões de comportamento e propor eventuais medidas de prevenção e controlo de riscos.

CLÁUSULA 25.^a

Obrigações específicas na gestão de sinistros

Quando a gestão técnica e de riscos for assegurada por corretor, este deve garantir a correta e atempada promoção de todos os processos de gestão de sinistros junto das seguradoras, e, nomeadamente, prestar os seguintes serviços:

- a) Determinar, após análise técnica, o enquadramento contratual do sinistro participado;
- b) Acompanhar a intervenção das seguradoras e informar a AdP SGPS e as empresas do Grupo AdP sobre a evolução do processo e sobre a conclusão do mesmo;
- c) Promover junto das seguradoras, em caso de discordância quanto ao enquadramento contratual dos sinistros participados ou quanto aos valores propostos para indemnização, as diligências necessárias à defesa dos interesses das empresas do Grupo AdP;
- d) Assegurar a correção do valor pelo qual sejam emitidos os recibos de quitação de indemnizações.

CLÁUSULA 26.^a

Estabelecimento

Quando a gestão técnica e de riscos na execução do contrato for assegurada por corretor, este obriga-se a ter domicílio profissional e estabelecimento em Portugal e a prestar os serviços adjudicados de forma continuada.

CLÁUSULA 27.^a

Autonomia do corretor

1. O corretor deve exercer a sua actividade de forma autónoma e independente das seguradoras.
2. O corretor, incluindo as respectivas equipas profissionais, não integra a organização institucional ou organizacional de qualquer uma das empresas do Grupo AdP, não existindo entre aquele e estas qualquer dependência hierárquica, disciplinar ou societária.
3. As empresas do Grupo AdP não podem ser, a qualquer título responsáveis por qualquer sanção que seja aplicada ao corretor pela autoridade de supervisão da atividade de mediação de seguros, nem por quaisquer despesas ou encargos em que aquele incorra na promoção judicial ou extrajudicial da sua defesa.

CLÁUSULA 28.^a

Referências comerciais

1. O corretor não pode, por qualquer forma, usar ou mencionar a marca, símbolo, insígnias ou logotipo do Grupo AdP ou de qualquer uma das empresas do Grupo AdP, nomeadamente em quaisquer documentos ou suportes promocionais, sem autorização prévia da AdP SGPS.
2. Para efeitos do número anterior, entende-se por “marca” um qualquer elemento de individualização corporativa, nomeadamente um sinal ou conjunto de sinais susceptíveis de representação gráfica, como palavras (incluindo nomes de saúde), desenhos, letras, números ou sons.
3. Quando autorizado, o uso das referidas marcas, nomes, sinais distintivos e documentos apenas pode ser feito no âmbito da actividade específica do corretor e de acordo com as regras do manual de imagem adotado pelo Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

CAPÍTULO IV

PRÉMIOS DE SEGURO

CLÁUSULA 29.^a

Preço contratual e preço base

- 1.** Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, as entidades adjudicantes devem pagar ao adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada.
- 2.** O preço referido no número anterior corresponde aos prémios comerciais devidos pelo seguro de saúde contratualizado, aos quais acrescem as taxas, impostos e encargos devidos nos termos da legislação aplicável.
- 3.** O valor do preço base do prémio comercial global é de **1 811 849,64 €** (*um milhão oitocentos e onze mil, oitocentos e quarenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos*).

CLÁUSULA 30.^a

Prémios de seguro e respetivo pagamento

- 1.** Cada empresa do Grupo AdP, enquanto tomadora do seguro, deve pagar ou fazer pagar ao adjudicatário os prémios de seguro correspondentes ao seguro contratado, acrescido dos encargos, taxas e impostos que forem legalmente devidos em cada momento, como contrapartida das coberturas contratadas.
- 2.** As empresas do Grupo AdP podem optar pelo pagamento fracionado e sem encargos dos prémios de seguro.
- 3.** Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, o pagamento dos prémios de seguro pode ser efetuado junto de corretor designado ou subcontratado pelo adjudicatário, no prazo de 30 (*trinta*) dias contados desde o respetivo vencimento ou desde a data de efeito do correspondente aviso para pagamento, consoante o que seja mais favorável às empresas do Grupo AdP, tendo-se tais pagamentos como liberatórios relativamente às seguradoras.
- 4.** A falta de pagamento de qualquer prémio de seguro no prazo previsto no número anterior apenas constitui em mora a empresa do Grupo AdP em falta, não implicando nem a extinção, sob a forma de caducidade ou outra, nem a ineficácia do contrato de seguro de saúde, nem, em especial, a falta de cobertura relativamente a quaisquer sinistros que ocorram na pendência da mora.

5. O direito de resolução com fundamento na mora a que se refere o número anterior apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à AdP SGPS, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se a entidade notificada cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 31.^a

Remuneração de corretor

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, quando a gestão técnica e de riscos na execução do contrato for assegurada por corretor, o montante da remuneração que lhe seja devida é incorporado nos recibos dos prémios de seguro a emitir pelas seguradoras, nos termos previstos no Protocolo de Corretagem.

CLÁUSULA 32.^a

Contabilidade e contas bancárias

- 1.** No caso previsto no n.º 3 da Cláusula 30.^a do presente Caderno de Encargos, o corretor, em cumprimento dos procedimentos prescritos pelas normas regulamentares aplicáveis ao exercício da actividade de mediação de seguros, obriga-se:
 - a)* A registar de forma sequencial e diariamente na sua contabilidade, através de aplicação informática que inclua todos os campos definidos nas normas regulamentares aplicáveis, todos os movimentos a débito e a crédito relacionados com as operações relativas às empresas do Grupo AdP;
 - b)* A depositar os valores de prémios de seguros eventualmente pagos pelas empresas do Grupo AdP na conta «clientes» aberta junto de instituição de crédito autorizada a exercer actividade em Portugal;
 - c)* A prestar contas às seguradoras sobre os factos a que se referem as alíneas anteriores.
- 2.** O eventual incumprimento das obrigações referidas no número anterior não tem qualquer repercussão na produção do efeito liberatório consagrado no Protocolo de Corretagem.

CLÁUSULA 33.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar às empresas do Grupo AdP devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas em formato papel.
3. Decorrido o período transitório referido no n.º 2 da presente cláusula, as faturas eletrónicas a emitir devem conter, para além do definido no n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP, a informação complementar identificada na especificação CIUS-PT do Grupo AdP constante no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
4. Para efeitos do número anterior, a emissão de faturas deve ser efetuada em formato XML certificado, acompanhado do respetivo PDF.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelas empresas do Grupo AdP não será objeto de qualquer cobrança adicional.

CAPÍTULO V

Vicissitudes contratuais

CLÁUSULA 34.^a

Responsabilidade das partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA 35.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

- I. A subcontratação de prestações previstas no contrato de seguros de saúde depende do consentimento prévio, expresso e escrito, da AdP SGPS, em representação das empresas do Grupo AdP.
2. O procedimento de autorização referido no número anterior obedece ao disposto no CCP, com as seguintes especificidades:
 - a) Devem ser apresentadas as declarações de responsabilidade social exigidas no Convite, com as devidas adaptações, subscrita pelos subcontratados ou pelo cessionário;
 - b) No caso de subcontratação incidente sobre prestações acessórias do contrato, os documentos que titulam habilitações legais são substituídos por documentos que comprovem que os subcontratados se encontram legalmente habilitados a prestar os serviços em causa.

CLÁUSULA 36.^a

Cessão de posição contratual relativa aos contraentes públicos

- I. É permitida a cessão da posição contratual relativa a qualquer das empresas do Grupo AdP, a terceiros ou entre elas próprias, determinada por efeito de fusão ou cisão de sociedades ou qualquer alteração de efeitos análogos que traduza uma sucessão legal, a qual produz efeitos com notificação ao adjudicatário do ato, do contrato ou do diploma legal que determinar a modificação, nos termos que resultem da própria lei.

A cessão da posição contratual em situações diversas das previstas no número anterior depende de autorização dos co-contratantes, mas só pode ser recusada quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias dos co-contratantes.

CLÁUSULA 37.^a

Sanções contratuais

- 1.** O incumprimento do contrato de seguro concede à AdP SGPS, enquanto representante das empresas do Grupo AdP, o direito de exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção contratual por cada dia de atraso no cumprimento de obrigações sujeitas a prazo pelo contrato, em montante a determinar, entre 0,1% e 1% do valor do prémio comercial, fixado em função da gravidade do incumprimento ocorrido.
- 2.** Em caso de incumprimento de obrigações que não estejam sujeitas a prazo, o pagamento da sanção prevista no número anterior pode ser exigido:
 - a) Após notificação ao adjudicatário, advertindo-o para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela AdP SGPS;
 - b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela AdP SGPS sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.
- 3.** O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
- 4.** Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as entidades adjudicantes decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.
- 5.** Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a AdP SGPS, em representação das empresas do Grupo AdP, pode exigir-lhe uma sanção contratual até 20% (*vinte por cento*) do valor do contrato.
- 6.** Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º I, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 7.** Os pagamentos devidos ao abrigo do contrato podem ser compensados com os valores decorrentes das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
- 8.** A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que as empresas do Grupo AdP possam, nos termos gerais, exercer o direito de resolução do contrato de seguro, acionar as garantias prestadas ou exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis à(s) seguradora(s).

CLÁUSULA 38.^a

Responsabilidade

1. O adjudicatário deve indemnizar as empresas do Grupo AdP por quaisquer danos, custos, perdas ou despesas que decorram de factos que consubstanciem um incumprimento contratual e que lhe seja imputável, bem como aos respetivos subcontratados ou prestadores de serviços ou que sejam agravados pelas suas ações ou omissões.
2. As empresas do Grupo AdP gozam de direito de regresso sobre o adjudicatário sempre que tiverem de indemnizar terceiros ou de proceder ao pagamento de custos ou despesas de qualquer natureza, incluindo as despesas relacionadas com o processo e os honorários dos mandatários forenses, com fundamento na violação de direitos de terceiros pelo adjudicatário, bem como pelos respetivos subcontratados ou prestadores de serviços.

CLÁUSULA 39.^a

Execução de caução

1. A caução prestada pelo adjudicatário para garantir o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato pode ser executada, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, de cumprimento defeituoso ou de incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais, da imposição de sanções contratuais ou de quaisquer outros factos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A caução prestada é válida para a totalidade do período de vigência do contrato.
3. A execução, parcial ou total, da caução implica a obrigação de reposição do respetivo valor, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a data da receção da notificação enviada para o efeito pela AdP SGPS, em representação das empresas do Grupo AdP.

CLÁUSULA 40.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a AdP SGPS, em representação das empresas do Grupo AdP, a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 41.^a

Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário

1. A verificação das situações previstas no n.º I do artigo 332.º do CCP apenas habilita o adjudicatário a resolver o contrato quanto à empresa do Grupo AdP que se encontre em situação de incumprimento.
2. Quando o contrato de seguro de saúde for celebrado por mais do que uma empresa de seguros, o direito de resolução apenas pode ser exercido por uma das empresas de seguros, excepto no caso em que exista associação em regime de cosseguro, situação em que o direito de resolução apenas pode ser exercido por um conjunto de empresas de seguros que respondam por mais de 60% (*sessenta por cento*) do risco segurado.
3. O direito de resolução referido nos números anteriores, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias por parte da correspondente empresa do Grupo AdP, pode ser exercido mediante declaração enviada a esta, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar, caso em que a declaração de resolução não produz quaisquer efeitos.
4. O direito de resolução referido no número anterior apenas pode ser exercido após fixação de um prazo, não inferior a 15 (*quinze*) dias, para resolução da situação comunicada à AdP SGPS.

CLÁUSULA 42.^a

Resolução do contrato por iniciativa dos contraentes públicos

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do CCP, as empresas do Grupo AdP podem, a título sancionatório, resolver o contrato, na parte que lhe respeita, no caso de o adjudicatário violar de forma grave, reiterada ou sistemática qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução do contrato previsto no número anterior é exercido conjuntamente pelas empresas do Grupo AdP, podendo fundamentar-se no incumprimento grave, reiterado ou sistemático do contrato de seguro, sem prejuízo dos demais casos previstos na lei.
3. A resolução de Contrato com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP é realizada pela AdP SGPS, em representação das empresas do Grupo AdP.

4. Em caso de resolução do contrato nos termos da presente cláusula, as empresas do Grupo AdP podem, de forma a garantir a continuidade da cobertura dos riscos seguros e a prestação continuada dos serviços de corretagem respetivos, diferir os efeitos da resolução até à data da celebração de novo contrato na sequência de um novo procedimento de formação de contrato de saúde, com o limite de 3 (três) meses a contar da data de comunicação da resolução.
5. Nos casos previstos na presente cláusula, o adjudicatário fica obrigado ao pagamento de indemnização pelos danos causados, incluindo os relacionados com a adoção de novo procedimento de formação de contrato e de outras quantias que sejam devidas, nos termos gerais do direito.
6. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias após notificação para esse efeito.

CAPÍTULO VI

Resolução de litígios

CLÁUSULA 43.^a

Compromisso de resolução amigável

Em caso de divergência relativamente à interpretação, validade ou execução do contrato, as partes comprometem-se reciprocamente a estabelecer entre si contactos no sentido da resolução amigável da mesma.

CLÁUSULA 44.^a

Litígios quanto à interpretação, validade e execução do contrato

A resolução das divergências e dos conflitos que surjam entre as partes relativamente à interpretação, validade ou execução do contrato é da competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

CAPÍTULO VI

Disposições complementares

CLÁUSULA 45.^a

Acompanhamento da execução do contrato

I. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato a indicar pela AdP SGPS, bem como pelos responsáveis designados por cada uma das empresas do Grupo AdP.

2. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CLÁUSULA 46.^a

Comunicações e notificações

1. As comunicações e as notificações no âmbito da execução do contrato devem ser remetidas para os gestores designados pelas Partes, através de correio eletrónico com aviso de entrega ou carta registada.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada considera-se recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico considera-se recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

CLÁUSULA 47.^a

Contagem de prazos

Sem prejuízo de estipulação diversa prevista na lei, regulamentos ou disposições contratuais, os prazos previstos no presente contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 48.^a

Direito aplicável

O Contrato rege-se pelo direito português e, em particular, pelo Código dos Contratos Públicos.

ANEXOS

ANEXO I

SEGUROS DE SAÚDE EM GRUPO

1) Tomadores do seguro

Cada uma das empresas do Grupo Águas de Portugal (AdP) que integram o agrupamento de entidades adjudicantes.

2) Pessoas seguras

Trabalhadores de cada tomador de seguro, bem como os elementos do seu agregado familiar (cônjuge não separado de pessoas e bens ou pessoa em situação legalmente equiparada (uniões de facto), filhos, incluindo adotados ainda que só restritamente, enteados ou outros menores a cargo, menores ou maiores, a seu cargo), elegíveis para o seguro sob as demais condições e que tenham aderido ao seguro.

No presente seguro não poderá existir qualquer recusa de saúde a segurar ou limitação de garantias na sua inclusão, obrigando-se a(s) seguradora(s) a aceitar automaticamente todos os trabalhadores e respetivos agregados, sem qualquer agravamento ao prémio fixado.

Não se poderão opor quaisquer novos períodos de carência gerais ou específicos, de qualquer tipo, a quaisquer pessoas já antes seguras por apólice anterior.

3) Objeto do seguro

Prestações no domínio dos cuidados de saúde, podendo compreender:

- Prestações de cuidados médicos e clínicos em rede convencionada;
- Prestações relativas a cuidados médicos na forma de reembolso de despesas;
- Serviços de assistência.

4) Prazos de elegibilidade de despesas

Os pedidos de reembolso de despesas médicas efetuadas contra a entrega de documentos comprovativos deverão ser apresentados no prazo máximo de 120 dias a contar da data de realização da despesa.

5) COBERTURAS

O plano de garantias a considerar é o previsto na tabela seguidamente apresentada, do qual consta para cada tipo de cobertura:

- Capitais seguros;
- Comparticipação garantida em caso de cuidados prestados em rede convencionada;
- Franquia anual agregada para cuidados médicos em rede convencionada;
- Comparticipação a reembolsar em caso de cuidados prestados fora da rede convencionada.

O plano de garantias contempla as seguintes coberturas:

- Assistência clínica em regime hospitalar;
- Parto, cesariana, interrupção voluntária da gravidez;
- Assistência clínica em regime ambulatorio;
 - ✓ Consultas
 - ✓ Consultas domiciliárias
 - ✓ Consultas em atendimento permanente
 - ✓ Tratamentos
- Estomatologia;
- Medicamentos;
- Próteses e ortóteses.

PLANO DE GARANTIAS					
Coberturas	Capitais Seguros (€)	Prestação direta		Prestação reembolso	
		Segurador	Segurado	Segurador	Segurado
Assistência clínica em regime hospitalar	12 500	100%	0%	85%	15%
Franquia anual (Rede)			€ 150,00		
Parto, cesariana, interrupção voluntária da gravidez	1 500	100%	0%	70%	30%
Franquia anual (Rede)			€ 150,00		
Assistência clínica em regime ambatório	1 000	90%	10%	80%	20%
Consultas		(a)	€ 15,00		
Consultas domiciliárias		(a)	€ 25,00		
Consultas em atendimento permanente		(a)	€ 30,00		
Tratamentos	250				
Estomatologia	500	100%	0%	80%	20%
Franquia anual (Reembolso)					€ 50,00
Próteses Estomatológicas		(a)	€ 15,00		
Tratamentos e Eads Estomatológicos		(a)	€ 15,00		
Medicamentos	275			90%	10%
Franquia por sinistro (Reembolso)					€ 2,50
Próteses e Ortóteses	1 000			80%	20%
Franquia anual (Reembolso)					€ 55,00
Ortóteses oftalmológicas	350				

(a) Remanescente a cargo do Segurador

As prestações de reembolso serão garantidas na mesma percentagem das prestações convencionadas sempre que no concelho onde resida a pessoa segura, em Portugal Continental, não exista qualquer oferta de rede convencionada para os cuidados médicos em causa.

6) COBERTURAS (DERROGAÇÕES DE EXCLUSÕES)

- a) Doenças ou malformações congénitas preexistentes à data da primeira inclusão sob o contrato de seguro de doença de qualquer das entidades adjudicantes;
- b) Tratamentos de hemodiálise;
- c) Tratamentos refrativos à miopia, astigmatismo e hipermetropia (cirúrgicos ou a laser), independentemente do número de dioptrias;
- d) Disfunções sexuais, qualquer que seja a sua causa;
- e) Doenças infectocontagiosas quando em situação de epidemia declarada e tuberculose;
- f) Perturbações psíquicas, tratamentos de psicologia, terapia do sono, hipnose e psicanálise;
- g) Tratamentos relacionados com o vírus da hepatite;
- h) Implantes, transplantes de órgãos e suas consequências;
- i) Acidentes emergentes de acidentes de viação resultantes de veículos motorizados de duas rodas;
- j) Enfermagem privativa.

7) OUTRAS CONDIÇÕES

A) DESPESAS NÃO GARANTIDAS

Podem ser indemnizadas, a pedido do tomador de seguro, as despesas com cuidados de saúde, excluídas das garantias do contrato de seguro com posterior débito ao tomador no final da vigência do contrato.

Se o rácio de sinistralidade, apurado nos termos da Cláusula de Bónus/Malus, for inferior a 88,5%, não haverá lugar à emissão de qualquer recibo de recobro ao tomador de seguro.

B) CLÁUSULA DE BONUS/MALUS

O contrato de seguro de saúde estará sujeito a uma cláusula de Bonus/Malus fazendo corrigir o prémio de acordo com o resultado técnico direto apurado no termo do contrato, individualmente por cada uma das Entidades Adjudicantes, tendo em consideração os pressupostos a seguir indicados:

Sinistralidade (S) = Indemnizações + variação de provisões

Receita processada (P) = Prémios comerciais líquidos de estornos e respeitantes ao período decorrido do contrato.

Rácio (R) = S/P

No caso de $R < 75\%$, será devolvido um montante correspondente a 50% de $(75\% \times P - S)$.

No caso de $R \geq 88,5\%$, haverá lugar à emissão de um recibo de prémio adicional pelo segurador, no valor máximo de 25% do prémio base, que lhe permita nivelar o rácio de sinistralidade a prémios em 88,5% ($R = 88,5\%$) ou, reduzir parcialmente, tendo em conta o limite máximo de variação do prémio, o valor de R até ao limiar de 88,5%.

C) TRANSFERÊNCIA PARA APÓLICES INDIVIDUAIS

As pessoas seguras podem subscrever um seguro individual, sem qualquer idade limite de subscrição, mediante solicitação feita nos 30 dias subsequentes à data de exclusão do contrato de seguro, sem interrupção de risco.

Neste caso para efeitos da exclusão referida no ponto Exclusões, relativa a preexistências, será considerada a data de inclusão no primeiro seguro.

D) PERÍODOS DE CARÊNCIA

• Titulares

Sem períodos de carência, com exceção da cobertura de partos, a qual está sujeita a 300 dias de carência só aplicável a novas adesões com início no novo período do contrato.

- **Agregados familiares**

Sem períodos de carência para novas inclusões que se verifiquem até 30 dias após a inclusão do titular, sendo tal período extensivo às situações de matrimónio e recém-nascidos, exceto na cobertura de Parto, a qual está sujeita a 300 dias de carência.

Para as novas inclusões efetuadas depois de 30 dias contados desde a nova inclusão do colaborador titular, ou desde o acontecimento (casamento ou nascimento, por exemplo) que legitima a adesão de qualquer elemento do agregado familiar do colaborador titular, serão imediatas as garantias relativas a acidentes, mas as garantias relativas a doença estarão sujeitas aos seguintes períodos de carência contados desde a data da adesão:

- 180 dias para Internamento por doença
- 300 dias para Partos
- 60 dias para Ambulatório
- 60 dias para Estomatologia
- 60 dias para Medicamentos
- 60 dias para Próteses/Ortóteses

8) EXCLUSÕES

Salvo convenção expressa em contrário, ficam excluídas do âmbito da cobertura do seguro as prestações decorrentes de:

- a) Utilização de estupefacientes e narcóticos não prescritos por médico ou habituação aos mesmos quando prescritos por um médico, utilização abusiva de medicamentos, alcoolismo e doenças resultantes do consumo excessivo de bebidas alcoólicas;
- b) Tratamentos consequentes do consumo de drogas;
- c) Tratamentos relacionados, direta ou indiretamente, com infecção por vírus de imunodeficiência humana (HIV);
- d) Doenças profissionais;
- e) Tratamentos ou cirurgias do foro estético ou plástico, desde que não tenham origem em acidente coberto pelo seguro, assim como tratamentos ou cirurgia de rejuvenescimento ou de regularização do peso;

- f) Consultas e tratamentos nas áreas denominadas por medicinas alternativas ou naturais, como hidroterapia, aromoterapia, homeopatia, acupunctura, osteopatia e quiroterapia.
- g) Tratamentos e estadas em termas, sanatórios, lares, casas de repouso e outros estabelecimentos não classificados como unidades hospitalares;
- h) Tratamentos experimentais ou que necessitem de comprovação médica;
- i) Acidentes ou doenças provenientes de tentativa de suicídio, de participação em apostas, intervenção em duelos e rixas ou da prática de atos dolosos ou gravemente culposos ou ilícitos por parte da pessoa segura;
- j) Exames gerais de saúde e check-up;
- k) Consultas, tratamentos e cirurgia do foro da medicina dentária e cirurgia maxilofacial, que não resultem de acidente coberto pela apólice;
- l) Tratamentos de medicina física e/ou reabilitação que não resultem de acidente coberto pela apólice, como fisioterapia, terapia da fala, ginástica e massagens;
- m) Próteses e ortóteses de qualquer classe, bem como quaisquer outros artigos de tratamento ou correção médica que não sejam cirurgicamente indispensáveis;
- n) Rastreio da infertilidade e reprodução medicamente assistida;
- o) Acidentes emergentes de:
 - Participação em competições desportivas e respetivos treinos, quer como profissional, quer como amador;
 - Prática de desportos de inverno, náuticos, artes marciais e todos os desportos radicais;
 - Cataclismos da natureza, atos de guerra, declarada ou não, de terrorismo, de sabotagem e de perturbações da ordem pública;
 - Acidentes de trabalho.

9) TERMO DE GARANTIA

As pessoas seguras deixam de estar ao abrigo das garantias deste contrato de seguro a partir da **primeira** das seguintes datas:

- Data de produção de efeitos da resolução do contrato de seguro;

- Pessoas seguras (colaborador, titular e restante agregado familiar individualmente): da data de renovação imediatamente posterior ao período de vigência em que completem os 70 anos;
- Pessoas seguras (colaborador, titular e restante agregado familiar, simultaneamente): da data em que o colaborador titular cesse o contrato de trabalho, por qualquer motivo, com o tomador de seguro;
- Membros do agregado familiar do colaborador titular - filhos, incluindo adotados ainda que só restritamente, enteados ou outros menores a cargo, menores ou maiores, a seu cargo: da data de renovação imediatamente posterior à data em que atinjam 25 anos ou 30 anos de idade, ficando neste caso sujeito aos prémios aplicáveis a adultos entre os 25 e os 30 anos de idade.

Se o tomador do seguro manifestar vontade de a pessoa segura permanecer no contrato mesmo depois do dia 31 de dezembro do ano em que completar 70 anos de idade, deverá informar previamente o Segurador, por escrito, aceitando o Segurador a prorrogação das garantias para a pessoa segura, contra um sobre prémio de 45% sobre o prémio comercial anteriormente aplicável.

I 0) TERMO DE RESPONSABILIDADE

No âmbito das coberturas de Assistência Clínica em regime Hospitalar e Parto Normal, Cesariana ou Interrupção Involuntária de Gravidez, quando efectuado um pedido da Pessoa Segura ou Prestador, fundamentado com boletim médico de Internamento, especificando as razões do internamento ou natureza da intervenção Cirúrgica a efectuar, o segurador emitirá um Termo de Responsabilidade sempre que as despesas sejam consideradas ao abrigo de Prestações Diretas.

I 1) CAPITAIS SEGUROS

Os valores seguros convencionados correspondem à responsabilidade máxima da(s) Seguradora(s) no período de vigência do contrato, por pessoa segura.

I 2) PROCEDIMENTOS RELATIVOS A INDEMNIZAÇÕES E COMPARTICIPAÇÕES

- a) Processamento semanal de comparticipações;
- b) Pedidos de reembolso de despesas médicas com prazo limite para apresentação de 120 dias;

- c) Cálculo da comparticipação percentual apurado após dedução.

I 3) ÂMBITO TERRITORIAL DOS CUIDADOS MÉDICOS

- a) Cuidados de saúde prestados em Portugal;
- b) Cuidados de saúde prestados no estrangeiro por acidente ou doença súbita ai sobrevinda, na ocasião de deslocação de duração não superior a 90 dias, e desde que comprovada por relatório clínico;
- c) Cuidados de saúde prestados no estrangeiro quando prescritos pelo médico assistente após acordo prévio do Segurador;
- d) Garantia extensiva a despesas de alojamento e alimentação no estabelecimento hospitalar relativas a acompanhante da pessoa segura;
- e) No caso do seguro de que será tomadora a AdP Internacional, os cuidados de saúde serão garantidos e prestados em Portugal e no estrangeiro, a menos que se trate de país em situação de guerra, mesmo que não declarada.

I 4) CONDIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS ÀS COBERTURAS

a) Assistência clínica em regime hospitalar

O pagamento das despesas efetuadas com os atos médicos, de diagnóstico ou cirúrgicos, cuja realização requeira os meios e serviços específicos existentes em ambiente hospitalar, a seguir indicados:

- Acomodação e utilização das infraestruturas necessárias para a realização dos atos médicos (diárias, bloco operatório e equipamentos);
- Honorários médicos e de enfermagem relacionados com os atos médicos realizados em ambiente hospitalar, designadamente: honorários de médico-cirurgião e sua equipa, anestesista, ajudantes e instrumentistas, quer no bloco operatório, quer em recobro, quer em quarto ou enfermaria;
- Medicamentos, materiais e aplicações e em geral todos os produtos ou serviços associados aos atos médicos realizados em ambiente hospitalar;
- Elementos auxiliares de diagnóstico e terapêutica, associados aos atos médicos realizados em ambiente hospitalar;

- Transporte de ambulância ou outro meio, de e para o estabelecimento hospitalar, desde que o estado de saúde da pessoa segura o justifique;
- Próteses e ortóteses com implantação cirúrgica;
- Outros atos ou procedimentos contidos nos termos convencionados de preços fechado, quando aplicáveis.

As despesas de internamento hospitalar apenas são consideradas ao abrigo do regime de prestações diretas quando a unidade hospitalar faça parte da rede de prestadores do Segurador.

De igual modo as despesas com os honorários médicos relativos aos atos médicos praticados durante o internamento apenas são consideradas ao abrigo do regime de prestações diretas quando o médico também faça parte da rede de prestadores do Segurador.

Serão ainda consideradas como de internamento hospitalar as despesas relativas a:

- Pequenas cirurgias, desde que requeiram os meios e serviços específicos existentes em ambiente hospitalar;
- Tratamentos refrativos à miopia, astigmatismo e hipermetropia (cirúrgicos ou laser), aplicando-se neste tipo de intervenção 12 meses de período de carência para as situações preexistentes à data da primeira adesão ao seguro da AdP. Não são aplicáveis quaisquer limites de dioptrias à cobertura de cirurgias de natureza oftalmológica;
- Pagamento de diária hospitalar para um acompanhante de menores com idade igual ou inferior a (13) treze anos, com o limite de € 75 por dia e de 10 dias de Internamento, por sinistro;
- Radioterapia, cobaltoterapia e quimioterapia com ou sem internamento;
- Patologia estomatológica ou maxilofacial em caso de acidente garantido pelo contrato de seguro;
- Não serão consideradas excluídas as intervenções que se destinem à correção de anomalias e malformações congénitas a crianças nascidas durante a vigência do seguro de qualquer das Entidades Adjudicantes.

b) Transporte de urgência

Despesas relativas a transporte justificadas pelo estado de saúde, realizadas no âmbito da rede convencionada e pré autorizadas:

- Transporte de urgência em ambulância ou outro meio adequado até à unidade hospitalar mais próxima;
- Vigilância por parte da equipa médica do segurador, em colaboração com o médico assistente da pessoa segura ferida ou doente, para determinação das medidas convenientes ao melhor tratamento a seguir e do meio mais adequado a utilizar numa eventual transferência para outro centro hospitalar mais apropriado ou até ao seu domicílio;
- Transporte, pelo meio mais adequado, da pessoa segura da unidade hospitalar em que se encontre internada para outra unidade hospitalar que lhe seja prescrita;
- Transporte de regresso ao seu domicílio habitual, após alta médica.

c) Parto normal, cesariana e interrupção involuntária da gravidez

Despesas efetuadas relativas à pessoa segura com atos médicos, de diagnóstico ou cirúrgicos, decorrentes de parto ou interrupção involuntária de gravidez, que requeiram os meios existentes em ambiente hospitalar, a seguir indicados:

- Acomodação da pessoa segura e utilização das infraestruturas necessárias para a realização dos atos médicos a ela respeitantes (diárias, bloco operatório, recobro e equipamentos);
- Honorários médicos e de enfermagem relacionados com esses atos médicos realizados (obstetra, anestesista, outras especialidades requeridas, ajudantes e instrumentistas quando e como tal se justifique);
- Honorários médicos do pediatra, enquanto durar o internamento da parturiente ao abrigo da condição especial;
- Diária do recém-nascido, enquanto durar o internamento de parturiente ao abrigo da condição especial;
- Materiais e todos os produtos associados a esses atos médicos;
- Elementos auxiliares de diagnóstico da pessoa segura efetuados durante o período de internamento;

- Medicamentos ministrados à pessoa segura durante o internamento hospitalar;
- Transporte de ambulância de e para o estabelecimento hospitalar, desde que o estado de saúde da parturiente e/ou recém-nascido o justifique.

d) Assistência clínica ambulatoria

Despesas relativas a atos médicos, de diagnóstico ou cirúrgicos, que não requeiram os meios existentes em ambiente hospitalar, mesmo que nele sejam realizados, a seguir indicados:

- Honorários de consultas médicas;
- Honorários médicos e de enfermagem relativos a outros atos médicos realizados em regime ambulatorio ou não hospitalar;
- Serviços de enfermagem ao domicílio;
- Materiais e todos os produtos associados aos atos médicos realizados em regime ambulatorio;
- Medicamentos quando relacionados com atos médicos específicos e administrados durante a execução destes;
- Exames auxiliares de diagnóstico e terapêutica, realizados em regime ambulatorio ou ambiente não hospitalar;
- Fisioterapia sob prescrição médica;

No regime de prestações diretas, o acesso aos serviços garantidos por esta condição especial carece de prévia autorização especial nos seguintes casos:

- Polis sonografia;
- Tomografia axial computadorizada (TAC);
- Meios invasivos de diagnóstico e terapêutica em cardiologia;
- Meios invasivos de diagnóstico e terapêutica vascular;
- Hemodiálise;
- Radioterapia;
- Medicina nuclear;

- Genética;
- Medicina física e reabilitação;

São ainda comparticipáveis despesas relativas a:

- Tratamentos de medicina física e/ou reabilitação (fisioterapia), tais como ginástica, natação, massagens e terapia da fala, em caso de doença ou acidente coberto pelo contrato;
- Consultas de psiquiatria até ao máximo de 10 consultas por pessoa;
- Ginástica de preparação para o parto, apenas em regime de prestações por reembolso;
- Consultas, tratamentos de infertilidade, bem como os métodos de fecundação artificial e suas consequências, até ao montante máximo de € 250 por pessoa segura/semestre.

e) Assistência clínica domiciliária

Honorários de consultas médicas a realizar no domicílio da pessoa segura em Portugal, sendo que a pessoa segura suportará diretamente o pagamento ao médico no ato da consulta do valor que lhe caiba suportar diretamente.

f) Assistência telefónica em caso de urgência

Acesso a:

- Serviço de apoio médico telefónico, através do centro de atendimento do segurador, que prestará apoio e aconselhamento tendo em vista à adoção de medidas que visem a melhoria da sua saúde;
- Meios de socorro disponíveis e adequados para situações de emergência, nomeadamente estando em risco uma função vital ou importante, acionados pelo serviço de assistência.

O aconselhamento e apoio médico concedido visa a identificação dos sintomas que a pessoa segura comunique telefonicamente ao centro de atendimento do Segurador, cabendo a este sugerir a utilização dos meios mais adequados ao tipo de situação comunicada, com indicação da eventualidade da mesma carecer de cuidados médicos presenciais ou de outro tipo de ações.

A responsabilidade desta garantia fica, pois, limitada à responsabilidade decorrente deste tipo de ato médico nas circunstâncias não presenciais em que é praticado.

✓ **Exclusões específicas:**

- Eventuais danos por atrasos ou dificuldades no acesso ao centro de atendimento do Segurador, em consequência de anomalias nas redes de telecomunicações;
- Eventuais consequências de atraso ou negligência imputáveis à pessoa segura no recurso à assistência médica, bem como as consequências das informações deficientes, incorretas ou inexatas por elas prestadas ou por terceiros sob as suas instruções;
- Eventuais consequências do não cumprimento, por parte da pessoa segura, das indicações fornecidas através do centro de atendimento do Segurador.

g) Estomatologia

Atos médicos, de diagnóstico ou terapêuticos, do foro estomatológico, que requeiram ou não os meios existentes em ambiente hospitalar, realizados na rede convencionada, a seguir indicados:

- Honorários médicos;
- Exames auxiliares de diagnóstico;
- Próteses estomatológicas;
- Ortóteses (aparelhos de correção);
- Materiais e todos os produtos associados aos atos médicos realizados;
- Acomodação e utilização das infraestruturas necessárias para a realização dos atos médicos (diárias, bloco operatório e equipamentos);
- Medicamentos ministrados durante o internamento hospitalar.
- Aparelhos de ortodontia, respetivos moldes e estudos bem como implantes dentários.

✓ **Exclusões específicas**

Exclusão de despesas relativas a:

- Tratamentos efetuados com utilização de metais preciosos.

h) Medicamentos

Medicamentos aprovados ou reconhecidos pelo INFARMED desde que prescritos por um médico e para tratamento de afeção coberta.

O reembolso das despesas efetuadas fica dependente da verificação dos seguintes pressupostos:

- Os medicamentos deverão ser prescritos por médico e destinar-se ao tratamento de lesões consequentes de doença ou acidente cuja cobertura seja contratualmente garantida;
- Deverão ser enviados ao Segurador, conforme seja o caso, o original ou a cópia da prescrição médica, firmados pela farmácia fornecedora e com a exibição das vinhetas e/ou códigos de barras ou números de registo dos medicamentos prescritos, e ainda o correspondente recibo, com a menção expressa e legível dos medicamentos fornecidos e das importâncias que, após dedução do montante da comparticipação, se a houver, ficam a cargo da pessoa segura, nos termos dispostos quanto à coordenação de prestações.

O Segurador obriga-se a reembolsar a pessoa segura, nos termos e limites fixados, das despesas efetuadas com medicamentos, que como tal se encontrem classificados pelo INFARMED e, desde que prescritos por um médico, para tratamento da afeção coberta.

Estão garantidas as despesas com vacinas.

✓ **Exclusões específicas:**

Não serão tidos como medicamentos, não sendo portanto reembolsáveis quaisquer despesas relativas:

- Medicamentos não sujeitos a receita médica (venda livre);
- Alimentação infantil;
- “Shampoos”, sabonetes, pastas medicinais e similares;

- Produtos de estética, cosmética e higiene, incluindo bocal e dental;
- Produtos dietéticos, homeopatas ou manuseados e artigos sanitários e antissépticos;
- Anticoncecionais e dispositivos intrauterinos;
- Material de penso salvo se inerente a ato médico.

Esta cobertura funciona apenas no regime de prestações por reembolso.

O segurador não poderá proceder ao reembolso de despesas relativas às quais não possua os necessários elementos de prova.

i) Próteses e ortóteses

Para efeitos da presente cobertura considera-se:

a) Próteses

Todo o instrumento clinicamente concebido e/ou recomendado que tem por finalidade a substituição total ou parcial de um membro ou órgão.

b) Ortóteses

Todo o instrumento clinicamente concebido e/ou recomendado que tem por finalidade ajudar o membro ou órgão a cumprir, no todo ou em parte, a sua função.

Constituem despesas reembolsáveis, nos termos e de acordo com os limites fixados nas presentes condições, as despesas efetuadas com a aquisição ou aluguer de próteses e ortóteses não estomatológicas, segundo prescrição médica.

Não serão, no entanto, garantidas as despesas efetuadas com:

- Testes optométricos;
- Cintas medicinais, meias elásticas e colchões ortopédicos;

- No caso do calçado ortopédico apenas serão consideradas as correções propriamente ditas.

As garantias relativas a prótese e ortóteses estão sempre sujeitas ao regime de prestações por reembolso, de acordo com as seguintes regras:

- Na primeira vez, as lentes oculares são comparticipáveis quando acompanhadas da respetiva prescrição efetuada por médico, ou optometrista. Nas vezes seguintes só são comparticipáveis desde que se verifique a existência de alteração da correção relativamente à prescrição anterior;
- Os aros oculares só são comparticipáveis quando adquiridos em conjunto com as lentes oculares, e desde que estas sejam também comparticipáveis;
- Considera-se como vida útil para os aros e lentes oculares o prazo de dois anos, findo o qual estes passam a ser comparticipáveis mesmo que não se verifique a existência de alteração da correção relativamente à prescrição anterior;
- No caso de crianças até aos 16 anos, os aros e lentes oculares poderão ser comparticipáveis sem que se verifique a referida alteração;
- Não serão nunca consideradas as situações de furto, roubo, extravio ou quebra de óculos ou lentes, exceto quando consequente de acidente garantido pelo contrato de seguro, desde que a respetiva participação de acidente seja acompanhada de documento comprovativo das lesões físicas provocados na pessoa segura, elaborado pelo médico ou pela unidade hospitalar que tenha prestado assistência.

Está igualmente coberta a aquisição ou aluguer de cadeiras de rodas, camas articuladas e outros equipamentos auxiliares.

- **Próteses e ortóteses oftalmológicas**

São suscetíveis de comparticipação as despesas resultantes da aquisição de próteses e ortóteses oftalmológicas, desde que prescritas por médico oftalmologista ou optometrista.

✓ **Restrição de garantias**

Exclusão de óculos de sol, com ou sem graduação.

ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO CIUS-PT PARA A FATURAÇÃO ELETRÓNICA

(ficheiro fornecido em anexo ao presente Caderno de Encargos em formato excel)